

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.870 - BA (2020/0024843-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : TATIANA ACCIOLY FAYAD - GO019400
ELISA MARIA ALESSI DE MELO - GO034461
LUIZ OTAVIANO DE VASCONCELOS CAMPOS - GO033204
CRISTIANO ALVES DE ARAÚJO - BA051964
AGRAVADO : ISEULT MALHADO PIRES
ADVOGADO : EDSON NUNO ALVARES PEREIRA FILHO - BA015252

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, assim resumido:

DIRIETO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL EXECUÇÃO DE SENTENÇA EMBARGOS DE TERCEIRO IMPROCEDÊNCIA APELAÇÃO PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE COISA JULGADA HIPÓTESE NÃO CONFIGURADA PRELIMINAR REJEITADA ATO CONSTRITIVO FM CONTAS BANCÁRIAS DE TITULARIDADE DA UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO TEORIA DA APARÊNCIA SOLIDARIEDADE ENTRE COOPERATIVAS INTEGRANTES DO SISTEMA UNIMED À LUZ DO CDC PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL SENTENÇA PROFERIDA FM CONSONÂNCIA COM ELEMENTOS CARREADOS PARA OS AUTOS E LEGISLAÇÃO EM VIGOR SUCUMBÊNCIA RECURSAL MAJORAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA ADMISSIBILIDADE ART 85 § 11 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CARACTERIZADA PENALIDADE INEXIGÍVEL RECURSO IMPROVIDO

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 239, 506 e 674 do CPC, no que concerne à inviabilidade de restrição dos valores bloqueados, uma vez que não participou do processo ensejador do bloqueio, trazendo os seguintes argumentos:

Diante disso, a recorrente sofreu constrição de um bem (dinheiro) em razão de decisão judicial proferida em um processo do qual não participou em momento algum, restando, então, promover os Embargos de Terceiro, com base no art.674 do CPC, suscitando os artigos 506 e 239 para

sua defesa. I (fls. 145).

Inobstante a fundamentação trazida pela recorrente, os Embargos de Terceiros foram julgados improcedentes. (fls. 145).

[...] (fls. 145).

Meritíssimo (a) Ministro (a) Relator (a), apregoa a previsão legal contida no art.674 do Código de Processo Civil que quem não for parte no processo, sofrer constrição sobre bens, poderá requerer o desfazimento por meio dos Embargos de Terceiro: (fls. 146).

[...] (fls. 146).

No presente caso, a recorrente sofreu constrição judicial de valor, cuja determinação veio de processo em que não participou (não foi parte). O que pode ser confirmado pela sentença e acórdão anexos, referente aos autos originários do bloqueio de valores. (fls. 147).

Como defendido nestes autos, não há como prevalecer a constrição determinada, visto a inexigibilidade do crédito executado em face da recorrente Unimed Goiânia, portanto, o desfazimento da constrição judicial questionada é a medida determinada pela lei federal. (fls. 147).

Ato contínuo, a sentença proferida nos autos principais (0100836-22.2007.8.05.0001) - que já transitou em julgado - é título executivo exclusivamente em face da UNIMED SALVADOR, não havendo qualquer embasamento de fato ou mesmo jurídico para a execução atingir a recorrente. A (fls. 147).

Assim, a execução deve recair tão-somente sobre os bens da condenada: a UNIMED SALVADOR. (fls. 147).

[...] (fls. 147).

Como exposto, não é possível qualquer ato de execução contra pessoa estranha à relação jurídico -processual, sob pena de evidente ferimento os princípios do devido processo legal. (fls. 148).

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega interpretação manifestamente divergente do acórdão recorrido com precedente de outro tribunal em face dos arts. 239, 506 e 674 do CPC.

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 283/STF, uma vez que a parte deixou de atacar fundamento autônomo e suficiente para manter o julgado, qual seja:

É incontroversa a solidariedade entre UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e UNIMED SALVADOR, eis que estão consorciadas para prestação de serviços, incidindo a regra do artigo 28, § 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Não merece reforma a sentença guerreada proferida com fundamentação adequada, julgando improcedente Embargos de Terceiro opostos por empresa integrante do Sistema Unimed.

Impossível ignorar a necessidade de aplicação da teoria da aparência no caso vertente, ensejando responsabilidade solidária entre integrantes do

mesmo grupo Unimed (fls. 129/130).

Nesse sentido: “A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: ‘É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles’” (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.317.285/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EREsp n. 1.698.730/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 18/12/2018; e AgRg nos EAREsp n. 447.251/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 20/5/2016.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma indicado.

Nesse sentido: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais**

Superior Tribunal de Justiça

previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente